



PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)



PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde

EZEQUIEL MARTINS FERREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe
Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena
Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof^a Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Cândido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Diocléia Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágnor Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Gílrene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof^a Dr^a Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Elio Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalo de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregolleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrião – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Heilton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974 Psicologia: trabalho e sociedade, cultura e saúde /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-268-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.682210707>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declararam que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou permite a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Psicologia: Trabalho e Sociedade, Cultura e Saúde*, reúne em seu primeiro volume, dezoito artigos que abordam diversas temáticas no que diz respeito às questões fundamentais da Psicologia na contemporaneidade.

A psicologia enquanto ciência retoma muitas iniciativas tanto da filosofia quanto da fisiologia, que desde a antiguidade tenta se ocupar, com reservas, das tramas, conflitos, funcionamento e atitudes internas e “mentais” do homem. Nessa veia, os laboratórios germânicos surgem para descrever e tabular esses comportamentos internos do homem e tornar explícitos os mecanismos que levam ao funcionamento mais íntimo da vida humana.

No entanto, a psicologia enquanto profissão gasta ainda um tempo para se lançar tímida ao mundo. Apesar dos laboratórios, dos testes franceses iniciados por Janet e outros, é possível marcar o início da profissão do psicólogo na virada do século XIX, nos Estados Unidos.

Mas vale lembrar que a profissão em torno da Psicologia, não se limitou apenas aos atos clínicos. Da criação de testes, ao estudo laboratorial do comportamento humano, uma infinidade de novas práticas se somaram para compor o cenário único do universo psicológico.

Uma boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....	1
A ESCRITURA E A IMPLICAÇÃO NO TRABALHO DE PESQUISA	
Cinthia Lucia de Oliveira Siqueira	
Joao Batista Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107071	
CAPÍTULO 2.....	14
“NINGUÉM NUNCA FICARÁ ENTRE”: A DINÂMICA E ESTRUTURA DA PSICOSE EM BATES MOTEL	
Débora Maria Biesek	
Samanta Antoniazzi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107072	
CAPÍTULO 3.....	28
DEPRESSÃO NA CONTEMPORANEIDADE	
Mylena Menezes de França	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
Silvana Barbosa Mendes Lacerda	
Elvira Daniel Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107073	
CAPÍTULO 4.....	40
CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A CIRCULAÇÃO DA PALAVRA NA EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE LEITURA PALAVRAS LIVRES EM UM PRESÍDIO	
Luciane Maria Ribeiro da Cruz Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107074	
CAPÍTULO 5.....	48
O CONTO COMO RECURSO PSICOPEDAGÓGICO	
Maria Creusa Mota	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107075	
CAPÍTULO 6.....	58
SER (LOUCO) OU NÃO SER: EIS A QUESTÃO	
Ezequiel Martins Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107076	
CAPÍTULO 7.....	61
BARALHO DO SONO: UM RECURSO PSICOEDUCATIVO PARA PAIS E FILHOS	
Camila Espíndula da Silva	
Francielle Silva Ferreira Zago	
Suélen Rocha Centena Pizarro	
Anelise Abascal Pastorini Brião	
Giuliana Tort de Oliveira	

Lenise Alvares Collares
Stefânia Martins Teixeira Torma
Suzana Catanio dos Santos Nardi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107077>

CAPÍTULO 8..... 74

A EDUCAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PERIFERIAS URBANAS

Aida Guerreiro de Oliveira
Edicleá Mascarenhas Fernandes
Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107078>

CAPÍTULO 9..... 86

DESEMPENHO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO EM TAREFAS DE FUNÇÃO MANUAL, LINGUAGEM ORAL E ESCRITA

Larissa Soares Silva
Stefanie Pischel
Andressa Gouveia de Faria Saad
Silvana Maria Blascovi-Assis
Cibelle Albuquerque de La Higuera Amato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6822107079>

CAPÍTULO 10..... 102

O TRANSTORNO DE DEFÍCIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: CONCEITUAÇÃO E BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Danielly Berneck Côas Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070710>

CAPÍTULO 11..... 115

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA DEMOCRÁTICA

Amanda Luiza Weiler Pasini
Marcele Pereira da Rosa Zucolotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070711>

CAPÍTULO 12..... 123

O RELACIONAMENTO ENTRE FILHOS E PAIS/CUIDADORES É O INGREDIENTE ESSENCIAL E ATIVO

Lucena Albino Muianga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070712>

CAPÍTULO 13..... 137

AS CONTRIBUIÇÕES DA INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO DA ESCOLA PÚBLICA: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Marileudi Moreira Garcia
Yloma Fernanda de Oliveira Rocha

Ruth Raquel Soares de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070713>

CAPÍTULO 14.....	150
O QUE PODE O CORPO FEMININO EM SUAS MÚLTIPLAS POTENCIALIDADES?	
Lígia Christine Pereira Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070714	
CAPÍTULO 15.....	161
ECONOMIA SOLIDÁRIA, TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO e PROTAGONISMO FEMININO: (SOBRE)VIVENCIAS E DESIGUALDADES	
Ana Beatriz Trindade de Melo	
Carlúcia Maria Silva	
Gilberto Braga Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070715	
CAPÍTULO 16.....	174
IMPASSES NA EFETIVAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA	
Andressa de Lima Pinheiro	
David Marconi Polônio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070716	
CAPÍTULO 17.....	185
PSICOLOGIA POSITIVA: POTENCIALIDADES HUMANAS EM SUJEITOS TRANSEXUAIS	
Guilherme Faquim Simão	
Maria Jaqueline Coelho Pinto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68221070717	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	201
ÍNDICE REMISSIVO.....	202

CAPÍTULO 15

ECONOMIA SOLIDÁRIA, TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E PROTAGONISMO FEMININO: (SOBRE)VIVENCIAS E DESIGUALDADES

Data de aceite: 01/07/2021

Ana Beatriz Trindade de Melo

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Belo Horizonte – Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0003-3029-9085>

Carlúcia Maria Silva

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves

Belo Horizonte – Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0002-6388-3694>

Gilberto Braga Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS), Faculdade de Psicologia

Belo Horizonte - Minas Gerais

<https://orcid.org/0000-0001-5554-2016>

RESUMO: Aproximar os temas transformações no mundo do trabalho, protagonismo feminino e economia solidária tem sido objeto de esforços deliberados na contemporaneidade, face à relevância e implicações concernentes à desigualdade e cidadania. O mundo do trabalho tem experimentado transformações drásticas e dramáticas, que acentuam o desemprego e a exclusão, transferindo para o trabalhador a responsabilidade por sua (sobre)vivência em concomitância, no capitalismo atual, a um pseudo-discurso de participação e protagonismo. A autogestão, originalmente representativa de um modelo contra hegemônico de organização

do trabalho, é apropriada deliberadamente de modo distorcido, incorporando uma diversidade de práticas não exatamente promotoras de democracia e emancipação, nos empreendimentos solidários, porém antes para a acentuação da desigualdade e exclusão. O protagonismo feminino nos empreendimentos solidários refletem tanto um fenômeno presente no mercado de trabalho em geral, mas igualmente realça a precariedade, a desigualdade e a exclusão social. São comumente mulheres que se articulam solidariamente para gerar renda estimuladas no sentido de buscar a sobrevivência individual, mas ainda de coletivos. Comumente são mulheres mães/avós, chefes de família, com pouca ou nenhuma escolaridade, vítimas da violência social e doméstica, além da falta de acesso ao trabalho e vida social no sentido amplo, pelo simples fato de morar na periferia ou em aglomerados urbanos. Mulheres pobres expostas a problemas familiares, pois o desemprego ou o trabalho informal integram o seu cotidiano. A amplitude de idade situa-se entre os 15 e 75 anos, algumas beneficiárias de programas sociais governamentais ou aposentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; protagonismo feminino, economia solidária.

SOLIDARY ECONOMY,
TRANSFORMATIONS AT WORK AND
FEMALE PROTAGONISM: (ABOUT)
EXPERIENCES AND INEQUALITIES

ABSTRACT: Bringing together the themes of transformations in the world of work, female

protagonism and lonely economics has been the subject of deliberate efforts in contemporary times, given the relevance and implications regarding inequality and citizenship. The world of work has undergone drastic and dramatic transformations, which accentuate unemployment and exclusion, transferring responsibility for their (over) experience in concomitance, in current capitalism, with a pseudo-discourse of participation and protagonism. Self-management, originally representative of a counter-hegemonic model of work organization, is deliberately appropriated in a distorted way, incorporating a diversity of practices that are not exactly promoting democracy and emancipation, in solidarity ventures, but rather to accentuate inequality and exclusion. The female role in solidarity ventures reflects both a phenomenon present in the labor market in general, but it also highlights precariousness, inequality and social exclusion. They are commonly women who articulate in solidarity to generate income stimulated in the sense of seeking individual, but still collective, survival. They are usually women, mothers / grandparents, heads of families, with little or no education, victims of social and domestic violence, in addition to the lack of access to work and social life in the broad sense, simply because they live on the periphery or in urban areas. Poor women exposed to family problems, as unemployment or informal work are part of their daily lives. The age range is between 15 and 75 years old, some beneficiaries of governmental or retired social programs.

KEYWORDS: Work; female protagonism, solidarity economy.

1 | INTRODUÇÃO

Apresentam-se e discute-se as interfaces entre as transformações no mundo do trabalho, o protagonismo feminino e aquelas afetas à economia popular solidária (EPS), destacando os esforços de (sobre)vivências e de superação de desigualdades experimentadas pelos atores implicados. Sem esgotar tal tematização, serão descritos fundamentos e peculiaridades necessários à compreensão da aproximação entre os construtos. Trata-se, portanto, de ensaio teórico que contempla fundamentos histórico-conceituais, inobstante partam da vivência dos autores em projetos de extensão universitária e intervenções e práticas já trilhadas e ainda percorridas, na lida com empreendimentos que se enquadram no modo de produção da EPS.

A justificativa parte não somente da contemporaneidade, coetaneidade e do interesse que os construtos despertam, mas pelos impactos dessas interfaces no cotidiano dos atores, como dos reflexos nas questões de cidadania e de direitos humanos.

Para além dessa introdução, inicia-se com apontamentos concernentes às transformações no mundo do trabalho, principalmente aquelas que justificam, em certa medida, o ressurgimento da autogestão e da economia solidária, a partir dos anos 1990, no Brasil. Em seguida, apresentam-se histórico breve e tentativa de delimitação conceitual da autogestão e sua relação intrínseca com a EPS. Esta última ganha prevalência crítica, pela sua polissemia conceitual e por apontamentos desdobrados da observação das práticas solidárias em que o protagonismo feminino e as desigualdades prevalecem.

2 I APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES E O RESSURGIMENTO DO MODELO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Longe de propor discussão exaustiva do conjunto das transformações do trabalho, histórica e transhistoricamente situadas, consoante às crises do capital, tras-se argumentos que o relacionam ao surgimento da EPS como modo alternativo de organização do trabalho. Antecipa-se que, a mesma, insurge como movimento contrahegemônico relativo aos descumprimentos das responsabilidades de Estado e de governos, no que Sennet (1999) nomina como próprio ao “novo” capitalismo.

Inobstante trata-se de pensar o velho capitalismo. A novidade está nos modos como se redesenham a relação capital-trabalho, na perpetuidade de seus pressupostos de base, e as transições e crises pelas quais o mesmo se renova e se mantém como modelo econômico hegemônico.

Tais transformações, como Sennett (2006) as descreve, em concomitância às suas crises repetidas e por causa delas, leva a questionamentos diversos, variando da constatação de mutações concretas em seu significado e sentido, até a decretação do fim do trabalho, o que para Antunes (1999) constitui um disparate sem qualquer lógica, pois que dentre outros fatores, há uma confusão flagrante entre trabalho e emprego em tais investidas. O autor acusa, sim, uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 1999, 2007), sugerindo que se substitua a expressão “classe trabalhadora” por “pessoas-que-vive-do-trabalho”, ante a impossibilidade de se pensar em uma unidade de classe.

Historicamente, os modos de organização do trabalho, migram de abordagens centradas no *comando e controle* para outras com configurações *flexíveis*. Questão central em Sennett (2006) e (1999), reafirmando sua representatividade e força na constituição e impactos sobre a subjetividade (bem-estar/sofrimento, saúde/adoecimento) de quem trabalha. Igualmente Neves (2001), Pochmann (2002) e Demo (2005) confirmam a precarização do trabalho, no modo de produção prevalente, refletida na desigualdade, na exploração e no desemprego. A lógica da oferta-demanda, se perpetua, e o desemprego é meio deliberado de restabelecimento da estabilidade de mercado, produzindo-se um exército industrial de reserva, e com ele a exclusão social, como forma de controle. (SINGER, 2002).

Embora o vínculo de emprego nunca tenha se firmado como dominante no Brasil (POCHMANN, 2002), houve um período de crescimento do trabalho formal e avanços no que se refere à garantia de direitos. Entretanto, iconicamente após a década de 1970, retrocessos incomensuráveis decorrem de crises econômicas e da falência do modelo taylorista-fordista de produção. Mais recentemente, a reforma trabalhista proposta, sancionada e implementada, em 2017 pelo governo do ex-presidente Michel Temer, concretiza retrocessos relativos a ganhos conquistados, presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que remonta aos idos anos da metade do século passado. Dado

contextual relevante, é o referente aos índices de desemprego que atingem, em 2021, cifras superiores a 14 milhões de desempregados, no Brasil. Deste modo, nas relações de trabalho precarizadas, reconhecem-se o desemprego, o subemprego, a informalidade como marcas, que antecedem os processos de reestruturação industrial.

A prevalência das políticas neoliberais, conforme Sennett (2006), Pochmann (2002) e Antunes (1999, 2007) se esforçaram em represar a emissão de moeda, a elevação da taxa de juros, a diminuição dos impostos sobre as rendas mais altas, a desregulamentação do mercado de trabalho, do comércio externo e do mercado financeiro, alteração do papel do estado, privatização do setor público, focalização do gasto social, restrição e esvaziamento da ação sindical, entre outros mecanismos capazes de manter os ganhos tendentes ao capital e não favorável ao trabalho. Entretanto, o bem sucedido combate à inflação, pouca repercussão causou no crescimento de taxas de investimento, nem tampouco na retomada sustentada do crescimento econômico, dos anos 1980 à situação atual. Sem falar na abertura dos mercados, na globalização e na reestruturação produtiva. (POCHMANN, 2002).

As consequências, para Sennett (2006), Antunes (1999, 2007) é que não existem mais a segurança no emprego e nem o vínculo de compromisso no trabalho. A experiência acumulada não tem qualquer valor. A transitoriedade do velho para o novo capitalismo fez surgir, o medo, a paralisação e a apreensão acerca do futuro, pois se enfatiza o risco constante, e a sensação de que as experiências passadas parecem não servir de guia para o presente. (SENNETT, 2006), delineando-se uma radical transformação na relação capital-trabalho e um novo padrão de acumulação, a acumulação flexível. Ante esse novo paradigma, continua o autor, tem-se em associação à terceira revolução industrial, a informacional, o surgimento de novas tecnologias de gestão (qualidade total e a reengenharia, o *lean manufacturing* etc.). Na fábrica enxuta proposta pelo *toyotismo*, face a exaustão do modelo rígido *taylorista-fordista*, produz-se mais com menos trabalhadores, implicando inclusive na terceirização do que não é central ou estratégico para o negócio. A sanção da chamada lei da terceirização, vale lembrar, no governo de Michel Temer, oficializa a legalidade da construção de redes, através da incorporação de empresas subcontratadas, para as quais se transfere o ônus da gestão das pessoas.

Nesse novo cenário, o movimento do capital é acionado em direção aos países periféricos, nos quais a isenção fiscal e o custo da mão-de-obra precarizada, se refle na prática de baixos salários e na pouca ou nenhuma organização sindical e política. Ampliam-se as condições de instauração da desregulamentação e informalidade, com acréscimo de exigências quanto à polivalência e multifuncionalidade, intensificando os ritmos, os tempos e os processos de trabalho. As formas precarizadas decorrem deste novo modo de organização do trabalho, quais sejam: a terceirização, a subcontratação que assume variadas formas, tais como os trabalhadores a tempo parcial, contratos temporários, postos de serviços, trabalho em domicílio, autônomo, estágio, contratos de treinamento e as

“cooperativas”. (ANTUNES, 2007).

Neste âmbito, Antunes (2007), deflagra uma nova morfologia do trabalho, com um duplo movimento: por um lado, tem-se um número cada vez menor de homens e mulheres que trabalham mais e mais intensamente e, por outro, um conjunto que cada vez mais encontra menos trabalho, submetendo-se a qualquer tipo de ocupação, seguindo a tendência crescente da precarização. No “novo capitalismo” de Sennett (2006) configura-se no mundo do trabalho, modelos baseados em competências e em estímulo às iniciativas individuais empreendedoras, demandando-se trabalhadores ágeis, abertos ao risco e à mudança de curto prazo, capazes de se conduzirem “livre e autonomamente” sob incertezas e parâmetros ambíguos. Controles explícitos são substituídos por formas sutis de exercício do poder, conferindo-lhes invisibilidade.

Antunes (2007) realça o aumento e protagonismo significativo do trabalho feminino nesse quadro de precarização e flexibilização, mas não sem referir-se às mazelas concernentes à, via de regra, menor remuneração, assunção de postos de menor *status* e poder, relativamente à mão-de-obra masculina, bem como o crescimento do trabalho em domicílio ou teletrabalho, o que se intensificou em cenário pandêmico. Alteraram-se os modos de produção e de organização do trabalho, em que o desconcentrar ou descentralizar rompe fronteiras temporais e geográficas. Da mescla do *home office* produtivo, com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentam-se as formas de exploração do contingente feminino (ANTUNES, 2007).

A tese que se defende aqui é a de que o precarização dos vínculos formais de trabalho e o desemprego estrutural, mediante as crises econômicas e a exclusão social, fez com que proliferassem, no Brasil da década de 1990, as iniciativas da EPS, como estratégia de enfrentamento daqueles em vulnerabilidade e situação de pobreza (CULTI, 2006), muito embora o trabalho associado, remonte ao século XVIII. Desde então, foram adotados princípios de funcionamento, os quais delimitam o que se reconhece como um empreendimento autogestionário, inclusas a igualdade política e a repartição das sobras. (SINGER; SOUZA, 2003). Portanto, a EPS apresenta-se como uma alternativa de organização da produção e do trabalho contrária à defendida pelo modo de produção capitalista, ainda que se observem esforços no sentido de apropriação, pelo capital, de tais iniciativas ao classificarem-nas como pertinentes ao terceiro setor. Para Singer e Souza (2003), inclusive, a retomado do modelo autogestionário só se viabilizou a partir do apoio governamental e da sociedade civil, com seus desdobramentos.

Apesar de serem as cooperativas a forma jurídica peculiar à EPS, sob esta designação se incluem as associações, grupos informais e empresas coletivas etc.; diversidade que só se unifica na autogestão como condição típica.

3 I AUTOGESTÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E INTERPRETATIVOS

A concepção de autogestão pressupõe uma grande diversidade de interpretações e leituras que compreendem dimensões históricas, políticas, econômicas, administrativas e sociais. Tal abrangência de significados revela controvérsias e ambivalências, fazendo com que a definição de autogestão se mantenha difusa até os dias atuais.

Em relação às suas origens históricas, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), há alguns elementos figurativos: a) no pensamento anárquico em especial no que se refere à obra de Pierre Joseph Proudhon; b) no ideário do sindicalismo revolucionário europeu e norte-americano; c) na concepção de autogoverno industrial desenvolvida pelos socialistas ghildistas. A origem da problemática da autogestão é atribuída com maior certeza, segundo os autores, ao encontro do movimento dos Conselhos Operários, organizados em vários países da Europa no período pós-guerra, com posições de grupos de trabalhadores no seio de partidos socialistas e da Terceira Internacional sobre a socialização da economia. Além disso, a partir das décadas de 1920 e 1930, é possível identificar alguns aspectos sobre autogestão na crítica trotskista sobre o papel da burocracia no sistema soviético.

Todavia, a palavra “autogestão” só aparece na literatura e na linguagem política a partir da metade do século XX com a experiência iugoslava. O conceito é tão antigo quanto as lutas de resistência do movimento operário. (NASCIMENTO, 2000). Designa práticas sociais localizadas, datadas e registradas, as quais ganham folego em períodos críticos da história dos trabalhadores como reação. Essas práticas históricas expressam propostas parciais de composição de sistemas sociopolíticos e institucionais difusos e contraditórios, cujos pressupostos e condições de realização não podem ser definidos de maneira unívoca. A revisão histórica não significa somente um exercício lógico de inventariante, mas uma condição necessária para “compreender a dimensão de um fenômeno social no contexto da produção que se constrói e reconstrói incessantemente, concorrendo para que a vida se reinvente”. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 22).

A partir de sua dimensão social, a autogestão é percebida como consequência de um processo capaz de articular ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem, apresentando duas determinações importantes. Em primeiro lugar, a ruptura da divisão entre quem toma as decisões e quem as executa, comando e controle, particularmente em relação ao destino dos papéis em cada atividade organizada. Em segundo lugar, a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação de interferências das vontades alheias às coletividades concretas nas situações de escolha e definição do que fazer.

Entendida sob a dimensão de princípio político, indica mecanismos de representação, cujos valores, perspectivas e práticas criam condições para que as tomadas de decisões resultem de construções coletivas fundadas no poder compartilhado. Deve, portanto, garantir o equilíbrio de forças e interesses entre diferentes atores e

organizações, tendo em vista que seu momento-síntese se dá na esfera das comunidades locais. Assim, a autogestão diz respeito à aplicação em âmbito social e econômico de princípios democráticos anteriormente praticados no nível político, mas também se refere à constituição de uma nova forma de organização da sociedade, em que as atividades sociais e, principalmente econômicas constituem estruturas essenciais da participação na vida associada, envolvendo os indivíduos como produtores nas atividades econômicas e consumidores nas unidades locais. Ou seja, consoante a uma nova lógica.

Os anos 1980 marcam a intensificação dos debates acerca da autogestão em sua dimensão econômica, expressando práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital, implicando na superação da apropriação privada da mais-valia e da relação com o parâmetro do lucro e na manutenção da livre iniciativa. No âmbito empresarial, ainda hoje vem ganhando notoriedade com força atual sob a condição de um conjunto de técnicas e/ou métodos administrativos difundidos por empresas a partir da implementação de sistemas tecnológicos e organizacionais orientados por estratégias de flexibilização da gestão e da produção, como visto, sob a égide de uma pseudo-participação. Não dizem respeito a formas de gestão e produção controladas efetiva e diretamente pelos trabalhadores, mas tão-somente a organização informal – e exploração, uma vez que se fundamentam em processos de precarização do trabalho – de pequenos grupos para discutir problemas pontuais que estejam de forma eventual atrapalhando na obtenção de metas estabelecidas pelas empresas. Conotação meramente tecnicista e produtivista, conforme Marques (2006). O autor esclarece que a autogestão não se resume, de modo algum, a uma forma inovadora de gestão, com maior grau de democracia e participação. Mais que isto, ela representa uma “possibilidade de experiência para os trabalhadores de uma nova práxis, antagônica à dinâmica capitalista das relações entre capital e trabalho no interior da fábrica, assim como no que diz respeito à relação do trabalhador com o seu trabalho”. (MARQUES, 2006, p. 47).

No Brasil, o ressurgimento da autogestão como princípio norteador de formas associadas de trabalho ocorreu durante os anos 1990, cumprindo uma conotação socioeconômica relacionada à criação de um sistema de produção capaz de combater o desemprego em massa, mas ainda com uma significação política associada a expectativas de constituição de formas renovadas de trabalho articuladas a um ideal utópico de transformação social. É assim que Paul Singer (2002), ao analisar os empreendimentos econômicos solidários, qualifica as práticas autogestionárias como formas de controle, gestão e participação diretas dos trabalhadores sobre os processos de trabalho, significando que a mais completa igualdade de direitos de todos os integrantes deve vigorar dentro das organizações da EPS, com repartição do capital, ou sobras, tanto quanto a participação nas decisões (SINGER; SOUZA 2003). Condições ratificadas por Gaiger (2003), o qual três aspectos gerais da autogestão: 1) a propriedade coletiva dos meios de produção; sendo vedada a apropriação individual ou alienação particular; 2) o controle

do empreendimento e o poder de decisão pertencem aos trabalhadores, em regime de paridade de direitos; 3) a gestão do empreendimento é realizada pela comunidade de trabalho que organiza o processo produtivo, opera as estratégias planejadas e dispõe sobre o destino dos rendimentos. O autor sugere que as práticas autogestionárias dão aos empreendimentos solidários uma condição singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Trata-se de um modo de produção específico que viabiliza a reconciliação entre o trabalhador, os meios produtivos que ele detém e utiliza e os resultados de seu trabalho.

4 I MULHERES E ECONOMIA SOLIDÁRIA: AUTOGESTÃO, PROTAGONISMO E ACENTUAÇÃO DE DESIGUALDADES

Como visto, a EPS ganhou crescente importância nas últimas décadas, em decorrência das transformações ocorridas nas relações de trabalho. No contexto da informalidade urbana capitalista, crescem experiências de trabalho cooperado, enquanto possibilidade de inclusão socioprodutiva, cujas metamorfoses, segundo Castel (1998) afetam cada vez mais os inempregáveis, excluídos. Condição contributiva para que o trabalho perca seu dinamismo, não somente em sua centralidade, mas também na organização e luta dos trabalhadores.

Estudos relacionados à EPS têm demonstrado diferentes concepções quanto ao seu conceito (ARAÚJO, 2012; GAIGER, 2004; NEVES, 2012; SILVA, 2019; SINGER, 2002), muito embora prevaleça um crescimento considerável nos últimos anos. No Brasil, essas iniciativas ganham força na década de 1990, no entanto, sua institucionalização ocorre em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), extinta no governo atual de Jair Bolsonaro. Esta “outra economia” (CATANI, 2003) desponta enquanto experiência de trabalho e geração de renda em um contexto socioeconômico complexo e mercado de trabalho desestruturado. Vale lembrar que as experiências de EPS resultam de inúmeras iniciativas de trabalhos social e comunitário, vinculados ao trabalho das comunidades eclesiás de base e de pastorais sociais na Igreja Católica, nos anos de 1970. Desse trabalho emergiram vários grupos, associações e cooperativas, interagindo com organizações da sociedade civil, cuja presença nessas comunidades, além da mobilização de forças sociais locais, desempenhou também um papel organizativo e articulador, em vistas de uma participação efetivamente cidadã.

Mas que outra economia é esta? Trata-se de um modo de produção de bens, prestação de serviços, de comercialização e de consumo, cujo trabalho é realizado de forma coletiva e pautado nos princípios da autogestão, cooperação e sustentabilidade. Produção econômica não hegemônica que representa uma importante estratégia no combate às desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista hegemônico. Nessas iniciativas, o trabalho coletivo alimenta novas alternativas de produção e geração de renda, referenciados em um conjunto de princípios e valores, dentre os quais podemos destacar:

a solidariedade, a posse coletiva dos meios de produção e distribuição, a cooperação e a autogestão.

Paradoxalmente, esta outra economia é marcada por uma realidade complexa e contraditória, uma vez que nessas iniciativas é muito presente trabalhadores e trabalhadoras historicamente excluídos do mercado formal de trabalho. Vale destacar que a presença de mulheres mães chefes de família, com idades bem variadas e com filhos e/ou netos ainda pequenos. Em suas práticas, essas mulheres resgatam experiências e metodologias referendadas na sabedoria popular e na troca de saberes. Resgatam vínculos sociais rompidos e potencializam laços orgânicos de solidariedade. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; LEITE, 2009)

De acordo com Araújo e Lombardi (2013), essas mulheres carregam em suas histórias de vida e processos de exclusão vivenciados que desafiam o exercício da autogestão, uma vez que a lógica da eficiência difere daquela da economia de mercado. Essas experiências são permanentemente desafiadas em suas práticas associativas de processos produtivos e de reconstrução de novas relações sociais. A inserção nos empreendimentos, na argumentação de Silva (2019), não é uma tarefa simples, vez que exige cotidianamente um complexo exercício de envolvimento, corresponsabilidade e participação. A autogestão, torna-se elemento fundamental e condição necessária para práticas sociais, aprendizados e divisão de responsabilidades.

A realidade socioeconômica da grande maioria da população latino-americana e brasileira é precária, de modo que a busca pela garantia da satisfação das necessidades primárias, como comer, vestir, ter acesso a serviços indispensáveis, têm exigido formas de organização solidária e integração com diferentes forças sociais, buscando sempre fortalecer processos organizativos e articulação em redes com organizações da sociedade civil, universidades, e outras parcerias.

Os empreendimentos econômicos solidários são compostos predominantemente por mulheres. E quem são essas mulheres? A maioria dessas mulheres são mães chefes de família, com pouca ou nenhuma escolaridade, vítimas da violência social e doméstica, além da falta de acesso ao trabalho e vida social no sentido amplo, pelo simples fato de morar na periferia ou em aglomerados urbanos. Mulheres pobres que enfrentam sérios problemas familiares, pois o desemprego ou o trabalho informal integra o seu cotidiano. A idade dessas mulheres varia de 15 a 75 anos sendo algumas delas beneficiárias de programas sociais governamentais ou aposentadas.

Nos empreendimentos de EPS uma rede de sociabilidade e de cooperação é fortalecida pela amizade e coesão social. A convivência e a autoestima são fatores muito valorizados, o que faz com que o fator econômico, apesar da necessidade, seja por elas relativizado. A troca de experiências em relação aos elementos que compõem a vida: a intimidade, os problemas familiares e de convivência e os processos de subjetivação são elementos importantes para a permanência dessas mulheres no empreendimento.

Esta participação marca uma nova fase de suas vidas; coisas simples como ir sozinha a órgãos públicos resolver questões burocráticas, falar em público, assumir novos desafios e responsabilidades, representar o grupo em reuniões, participar de feiras, aprender coisas novas.

Em alguns empreendimentos a produção é diversificada, recebem assessoria de organizações não governamentais, estão articulados em fóruns e participam de movimentos sociais. Esse capital social possibilita a esses empreendimentos uma rede de contatos, inclusive em outras cidades do Estado e até fora do país. Apenas para recordar o conceito, de acordo com Portes (2000), fazendo referência a Bourdieu (1985), o conceito de capital social remete ao “agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985, p. 248). Outros empreendimentos, porém, enfrentam situações de maior precariedade. A oportunidade de participação em feiras e espaços direcionados à comercialização de seus produtos é menor, pois não participam de fóruns de articulação, mobilização e organização, tem dificuldade em construir parcerias e relacionam sua atividade produtiva como uma terapia no enfrentamento dos problemas vivenciados. A produção do empreendimento é menos diversificada e a comercialização bastante precária.

Para compreender as situações de injustiça social engendradas pelas condições precárias de vida, torna-se necessário analisar o binômio acesso a oportunidades e distribuição de renda, bem como perceber as consequências de uma exclusão histórica permanente em determinados grupos sociais, tais como: mulheres, negros, jovens, pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com necessidades especiais, dentre outros. Outro elemento importante é considerar os problemas que atinge especificamente a cada um desses grupos frente as desigualdades criadas ou reproduzidas. Chama atenção ao fato de que a maioria dessas mulheres trazem no corpo e no rosto as marcas de histórias de vida e trajetórias semelhantes: são mulheres negras, procedentes da zona rural que vieram para a cidade ainda adolescentes. Muitas encontraram seu primeiro emprego em casas de família em troca de comida e um canto para dormir e nunca tiveram suas atividades laborais registradas, conforme estabelece a legislação trabalhista vigente.

Estimuladas por testemunhos de experiências de sucesso econômico e solidariedade, essas mulheres vislumbram um futuro melhor para si e para os seus. O trabalho é realizado de forma coletiva e se identificam como uma família. A baixa escolarização é um complicador, pois essas iniciativas pressupõem que o empreendimento tenha capacidade de autogestionar seu negócio, e na medida em que falta escolaridade e habilidade, apenas a boa vontade das pessoas não é suficiente para dar conta de todo o processo.

Esta precariedade leva a questionar por que existem políticas públicas para micro, pequenas e grandes empresas, mas quando se pensa na EPS, as políticas públicas são focadas e muitas vezes se restringem à realização das feiras regionais? O apoio

governamental dado a essas experiências não corresponde às reais necessidades dos empreendimentos. Os governos não dialogam com seus pares e as iniciativas governamentais não são assumidas como política pública. O apoio recebido de organizações da sociedade civil tem sido muito importante; no entanto, os projetos desenvolvidos pelas entidades de apoio e fomento não oferecem garantia de continuidade.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar os temas transformações no mundo do trabalho, protagonismo feminino e economia solidária tem sido objeto de esforços deliberados na contemporaneidade, face à relevância e implicações concernentes à desigualdade e cidadania. O mundo do trabalho tem experimentado transformações drásticas e dramáticas, que acentuam o desemprego e a exclusão, transferindo para o trabalhador a responsabilidade por sua (sobre)vivência em concomitância, no capitalismo contemporâneo, com um pseudo-discurso de participação e protagonismo.

Não há como reconhecer alterações representativas que aumentem o valor do trabalho, em um modelo sócio-político e econômico hegemônico, representado na relação capital-trabalho. O controle dos meios de produção e do capital determinam a relação de poder própria e as crises cíclicas fortalecem tal “pendência” ou tendência. Mesmo quando o discurso ressalta a flexibilização e o incremento da participação e com elas práticas ou iniciativas estimuladores do empreendedorismo, participação, o que se observa a partir desses embates perda de direitos e acentuação dramática e drástica da exclusão e da desigualdade. É pois em um contexto de precarização das relações de trabalho que a economia solidária insurge como um suspiro ou uma alternativa de contra-reação.

Inobstante, a autogestão, originalmente representativa deste modelo contra hegemônico de organização do trabalho e da produção, assume uma diversidade conceitual e funciona como um guarda-chuva que congrega uma diversidade de empreendimentos, com diferentes faces e modos de organização produtiva, mesmo que todas tenham em como a solidariedade, a cooperação e o esforço coletivo na busca do sobre(vivência) e protagonismo social real. No entanto, no espírito do capitalismo tradicional, ela é apropriada de modo distorcido, incorporando uma diversidade de práticas não exatamente promotoras de democracia e emancipação, intra-organizações do primeiro e segundo setores, reprodutores dos mesmos pressupostos de base do velho capitalismo.

Os atores implicados nos empreendimentos solidários vivenciam situações de injustiça social engendradas pelas condições precárias de vida e de trabalho, visto que o acesso a oportunidades e concentração de renda, bem como a percepção das consequências da exclusão histórica prevalecem em determinados grupos sociais, como: mulheres, negros, jovens, pessoas em situação de rua, idosos, pessoas com necessidades especiais, dentre outros, como também os problemas que são peculiares a cada um, frente

as desigualdades criadas ou reproduzidas.

No protagonismo feminino se incluem os desafios de enfretamento das novas tecnologias de informação e de gestão, as quais não acessam, mas estão presentes, as de informação, no ambiente doméstico. São, pois, os laços afetivos e de solidariedade prevalecem e sustentam aqueles coletivos, os quais lutam em desigualdade social, econômica e política contra o poderio institucionalizado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo P. Autogestão. In: CATTANI, Antônio (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, I. P. H; LEITE, M. de Paula. (Org.) **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume, 2012. p. 135-172.

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____ Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In DRUCK, G. e FRANCO, T.(orgs.) **A perda da razão social do trabalho – terceirização precarização**, São Paulo, Boitempo, p. 13- 22, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. São Paulo: Editora Unb, 2004.

BOURDIEU, P. The forms of capital, in J. G. Richardson (org.), **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, Nova Iorque, Greenwood, pp. 241-58, 1985.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Vozes: Petrópolis. 1998. pp. 611.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, S. Paulo. 2006.

DEMO, Pedro. **Dureza: Pobreza política de mulheres pobres**. Campinas: Autores Associados, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS. 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul/dez 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. Eficiéncia Sistémica. In: CATTANI, A D. (Org.) **La otra economía**: los conceptos esenciales. Buenos Aires: Editorial Altamira, 2004, pp. 213-220. Recuperado em 20 jul, 2019, de <<https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/Laotraeconomia.pdf>>

LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho e suas reconfigurações**: conceitos e realidades. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Orgs.). *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

MARQUES, Paulo Lisandro Amaral. **Trabalho emancipado em empresas recuperadas pelos trabalhadores**: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos. 2006, 128 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e Economia Solidária**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

NEVES, Magda de Almeida. Trabalho, Exclusão Social e Direitos. In HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. **Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 58-66.

_____ Dilemas dos empreendimentos solidários: entre a precarização e a inserção social. In: LEITE, Márcia de Paula, GEORGES, Isabel P. H. **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume: FAPESP, p. 323-349. 2012.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 3^a Ed., São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Economia).

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Carlúcia Maria. **Mulheres e economia popular solidária**: trabalho, inclusão socioprodutiva e cidadania. Appris. 2019.

SINGER, Paul. Recuperação de empresas. 2002. Recuperado em jul. 2012, de <http://wiki.softwarelivre.org/pub/EconomiaSolidaria/EconomiaSolid%20ria/Paul_Singer_Recuperacao_de_empresas.pdf>.

SINGER, Paul; SOUZA, André. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003, 360 pp.

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Adolescência 66, 72, 102, 104
Antifeminismo 174, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Aprendizagem 41, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 63, 64, 65, 67, 71, 73, 79, 80, 81, 83, 85, 90, 113, 119, 122, 125, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 147, 149
Autoestima 49, 51, 64, 80, 169, 185, 187, 190, 192, 194, 195, 197, 199

B

- Baralho do sono 61, 62, 68, 69, 70, 71

C

- Captura 33, 150, 157, 158
Cidadania 74, 82, 84, 116, 139, 140, 145, 148, 161, 162, 171, 173
Conceituação 102, 103, 107, 112
Conflito 36, 43, 51, 112, 115, 135
Convívio 29, 75, 83, 115, 116, 141
Crianças 33, 44, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 116, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140
Críticas ao feminismo 174, 177

D

- Democracia 115, 118, 161, 167, 171
Depressão 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 64, 190, 194, 195, 196
Desafios do movimento feminista 174, 177
Desenvolvimento infantil 61, 64, 70, 71, 127, 128
Destreza motora 86, 87, 98, 101

E

- Economía solidária 161
Édipo 14, 18
Educação 12, 13, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 101, 102, 113, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 172, 176, 184, 185, 201
Educação nos presídios 40

- Educação parental 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135
Ensino 27, 41, 45, 46, 47, 61, 69, 70, 71, 76, 81, 83, 85, 115, 117, 120, 121, 122, 130, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 193, 201
Escola 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 61, 69, 70, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 90, 113, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 156
Escrita acadêmica 1, 11, 12
Escuta clínica 40, 45, 47
Estimulação 45, 123, 131, 132, 133, 134
Estranho 8, 14, 20, 25, 26

H

- Histórico 7, 38, 85, 102, 112, 140, 153, 158, 162, 176, 180, 184

I

- Implicação 1, 3, 5, 6, 7, 11, 13, 142
Infância 64, 65, 70, 72, 87, 113, 125, 126, 134

L

- Leitura e escrita 48, 49, 50, 52
Linguagem infantil 86, 125, 134
Loucura 18, 58, 59, 60

M

- Maternidade 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 177
Modelo integrado 123, 126, 134, 135
Mulher 23, 27, 50, 124, 130, 132, 135, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 187, 197

N

- Narrativas de histórias 48

O

- Otimismo 185, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 197, 198

P

- Pelbart 58, 59, 60
Periferias 74, 75, 76, 77
Pesquisa participante 1
Pessoas com deficiência 74, 75, 78, 79, 82, 83, 84, 85
Práticas educativas 123, 126, 132, 138, 142, 147

Profissionalização 74, 75, 78, 81, 82, 83
Protagonismo feminino 161, 162, 171, 172
Psicanálise 16, 27, 28, 35, 38, 39, 40, 44, 47, 48, 57, 200, 201
Psicologia educacional 137
Psicologia positiva 185, 187, 189, 190, 198, 199, 200
Psicopedagogia 48, 57, 201
Psicose 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 35

R

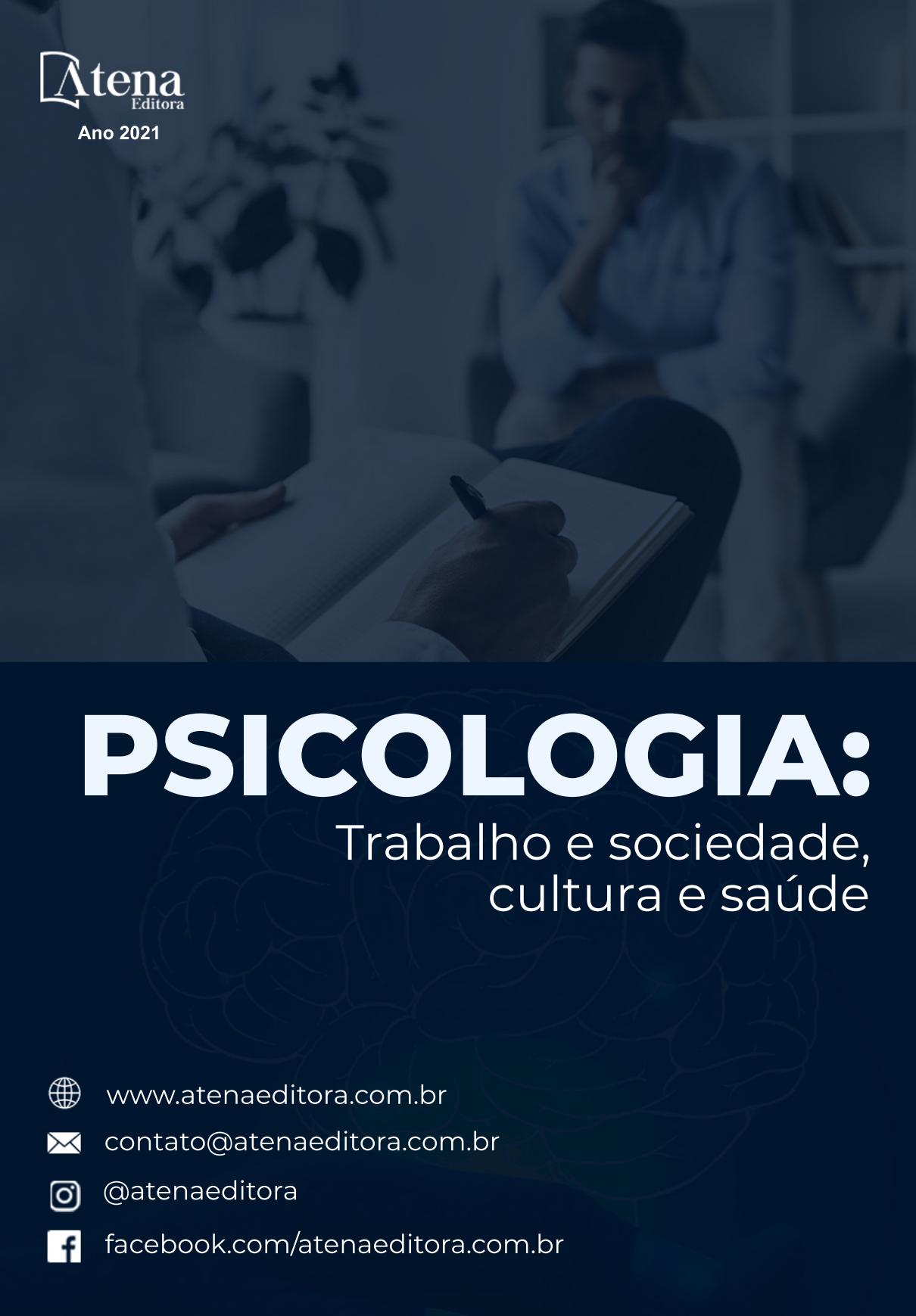
Recurso psicoeducativo 61, 62, 68, 71
Relacionamento 45, 88, 119, 123, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139

S

Sociedade 16, 19, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 39, 40, 42, 45, 47, 58, 59, 60, 62, 64, 72, 73, 77, 82, 83, 84, 85, 115, 116, 118, 121, 122, 137, 138, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 165, 167, 168, 169, 171, 175, 179, 180, 182, 183, 187

T

TD AH 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113
Trabalho 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 14, 15, 16, 23, 24, 26, 36, 37, 38, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 61, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 96, 102, 104, 110, 111, 115, 116, 117, 118, 121, 124, 126, 133, 139, 140, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 155, 156, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 190
Transexualidade 185, 186, 187, 188, 197, 198
Transtorno do espectro do autismo 86, 87, 90



PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade, cultura e saúde

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

👤 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

👤 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



PSICOLOGIA:

Trabalho e sociedade,
cultura e saúde

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br